Mais um ano se encerra e, com ele, uma gestão de Governo.

Ao lado da atividade-fim da Procuradoria Geral do Estado está a atividade de um órgão auxiliar, o Centro de Estudos, que, por meio de vários Programas, inclusive o da Escola Superior da PGE, desenvolve com o cuidado que lhe compete a capacitação e o treinamento dos Procuradores do Estado e dos Servidores da Instituição.

Não é este o veículo para se fazer um relatório de prestação de contas, ou de gestão. Mas é este o veículo, talvez, para se destacar que no período dos últimos quatro anos, gestão de governo que ora se encerra, para um reinício sob o mesmo comando, foram editadas 6 Revistas da PGE, 24 Boletins e 3 Revistas da Escola da PGE.

Pelos Boletins da PGE circularam importantes pareceres, textos doutrinários objetivos, jurisprudência, sempre com o fim de difundir a melhor tese de defesa do interesse público entre os colegas, e também no meio jurídico e acadêmico que buscam diuturnamente nossas publicações.

E é assim que a PGE de São Paulo vai, passo a passo, construindo uma doutrina sólida de direito público.

Nessa linha, acredito que este número, mais uma vez, atende às expectativas do leitor, trazendo em seu bojo importantes temas de interesse da advocacia pública.

Um tema intrigante, com uma abordagem cuidadosa, é tratado neste Boletim por autoras que demonstraram sua preocupação com a necessidade de uma maior maturidade na necessária convivência entre a Administração e a Sociedade Civil: Accountability. A responsabilidade dos gestores e os mecanismos de controle pela sociedade são temas delineados em artigo que se desenvolve até chegar no papel da Corregedoria Geral da PGE. O texto traz com clareza a evolução desse conceito e a conclusão da necessidade da maior atenção do administrado e dos governantes a esse tema.

O teto remuneratório dos Procuradores Autárquicos é profundamente abordado com citação de pareceres e jurisprudência do STF da mais alta relevância.

A questão da previdência social, a possível compensação entre regimes previdenciários para beneficiar o servidor que ocupou cargo em comissão antes de se tornar servidor efetivo do Estado, e a competência para a emissão da respectiva certidão de tempo de serviço são assuntos que também são detalhados neste número, em parecer exarado no âmbito da Consultoria Jurídica da São Paulo Previdência – SPPREV.

As obrigações do contribuinte que adere ao Plano Especial do Parcelamento do ICMS foram objeto de ação judicial após a exitosa atuação da PGE, o que também pode ser conferido neste número.

Tudo isso sem prejuízo da jurisprudência destacada, que atualiza o leitor em relação a diversos temas no âmbito do Direito Constitucional, Administrativo, Tributário e Processual Civil.

À leitura!

MARIÂNGELA SARRUBBO FRAGATA

Procuradora do Estado Chefe
Centro de Estudos da PGE-SP